



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 12

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 15 DE MAIO DE 2014

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	8
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA.....	8
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	8
3. APROVAÇÃO DE ATAS	8
3.1 Reunião ordinária realizada em 16 de abril de 2014	8
3.2 Reunião ordinária realizada em 30 de abril de 2014	9
3.3 Reunião extraordinária realizada em 7 de maio de 2014.....	9
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	9
4.1 “Biblioteca Municipal – Reparação de danos causados por furto/vandalismo” – Proc.º I-10/07 – Homologação do Auto de Receção Definitiva e cancelamento de garantias bancárias	9
4.2 Aceitação da doação e aprovação do contrato de dois equipamentos de Fernando Manuel de Almeida Moita	10
4.3 Protocolo de parceria com o Conservatório Regional de Artes do Montijo	11
4.4 Alienação de sucata – Propostas	14
5. APOIOS FINANCEIROS.....	15
6. INFORMAÇÕES	17
ENCERRAMENTO.....	21

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente da Câmara endereçou em nome do executivo as condolências ao senhor vereador Vasco André Marques Pinto, pelo falecimento de seu tio, Jorge Pinto, extensivas à família, em especial à mulher, Luísa Pinto, e aos filhos.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto agradeceu.

A senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio deu conhecimento da Portaria 82/2014, de 10 de abril, que vem clarificar a rede hospitalar: Classifica os nossos hospitais em quatro grandes grupos e depois faz uma distribuição de valências para cada um destes grupos.

Da leitura que fez, crê que a população do concelho ficará prejudicada em termos de respostas médicas e de serviços a serem garantidos para o Serviço Nacional de Saúde na medida em que, embora no preâmbulo, desta mesma Portaria se reforce muito o conceito de proximidade, o que se pode constatar é que o hospital que nos serve (o Hospital do Barreiro / Montijo) deixa de ter uma série de valências que hoje em dia estão a ser garantidas, e estas respostas estão a ser dadas aos nossos utentes, nomeadamente, a valência de oncologia médica. O Grupo 1 destina-se a unidades hospitalares que tenham uma resposta direta de 75 mil a 500 mil

habitantes, portanto, o nosso ACES, num total, não chega a 300 mil, logo, só por aqui ficaríamos como um hospital de 1.º grupo.

Uma outra valência que está em perigo e que nem é considerada, porque há valências que são consideradas como garantidas e que são a medicina interna, neurologia, pediatria médica, psiquiatria, cirurgia geral, ginecologia, ortopedia, radiologia, patologia clínica, imunoterapia, medicina física e de reabilitação. Depois, há umas outras valências que, dependendo do número de utentes e dependendo do mapa nacional da distribuição de especialidades noutras unidades hospitalares, podem ser, ou não, também asseguradas, desde que haja recursos humanos disponíveis e que a abertura dessas valências não ponha em causa a viabilidade financeira da instituição. E é neste quadro que há a possibilidade da oncologia médica. A obstetrícia não está tampouco contemplada neste cenário, o que significa (e porque o Hospital de Setúbal também tem exatamente a mesma classificação, a mesma categoria do Hospital do Barreiro) que em termos de obstetrícia, de maternidade, será canalizada para o Hospital Garcia de Orta, em Almada, não se sabendo se o hospital tem condições físicas para conseguir dar resposta tendo em conta a parte técnica e física da capacidade do hospital.

O preâmbulo refere que *“Importa dar nota que a presente Portaria assenta, primordialmente, em critérios de base populacional e complementaridade da rede hospitalar para a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e proximidade”* e após uma observação dos vários pontos do concelho de Alcochete (Alcochete centro, Samouco, Passil, S. Francisco, Fonte da Senhora) para o Barreiro, concluindo que se percorrem, no máximo, 31 Kms. Na deslocação para Almada, passa-se a percorrer 45 Kms, se estivermos no Samouco, S. Francisco ou Passil, 42 Kms e da Fonte da Senhora, 40 Kms se este percurso for em viatura própria, porque se acrescentarmos a isto as preocupações e se tivermos em conta a fraca resposta que temos na rede de transportes públicos e os custos associados a isto, no mínimo será uma odisseia ir até Almada se conseguirmos coincidir os poucos autocarros que fazem a ligação Alcochete / Setúbal para parar no Pinhal Novo, e apanhar o comboio da *Fertagus* para ir para Almada (e que são poucos estes autocarros) ou, então, para ir a Almada, atravessamos duas vezes o rio Tejo.

Estes são os conceitos de proximidade que o Ministério da Saúde considera. Tendo em conta os números apresentados, não se poderá falar em proximidade e, para além disso, irá sobrecarregar todos aqueles técnicos de saúde daqueles serviços para uma população que aquele hospital que serve Almada e o Seixal e muitas vezes não chega. Referiu, ainda, um estudo feito por um grupo parlamentar sobre o período de espera para as urgências, nas quais se encontravam pessoas há 24 horas no serviço de urgências do Hospital Garcia de Orta.

A Portaria é para ser implementada até ao final do ano de 2015 (31 de dezembro) e tem os contributos da Administração Central do Sistema de Saúde, do Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar, da Entidade Reguladora da Saúde e das Administrações Regionais de Saúde. São estes os serviços de saúde com que a população em geral pode contar até 2015 com esta “proximidade” bem espelhada nesta Portaria.

A senhora vereadora Teresa Moraes Sarmiento disse que este assunto faz parte de um pacote, infelizmente, um pacote de racionalização do pessoal em termos globais porque, efetivamente, este Governo a única coisa que pensa é na despesa pública e a parte humana está completamente afastada. E esta racionalização de pessoal começa logo pela parte clínica em que, efetivamente, os clínicos estão a afastar-se do Serviço Nacional de Saúde e estão a ir para o setor privado, logo, faltam clínicos para que as valências possam ser completadas.

Referiu, ainda, o grande fosso existente nos aspetos da saúde que tem a ver com o restante pessoal técnico, nomeadamente, com os enfermeiros: sabe-se da avalanche de enfermeiros que têm ido para outros Estados-Membros da União Europeia, principalmente para Inglaterra. É evidente que essa parte dos recursos humanos é essencial para a vida de um hospital, atendendo que a própria Caixa Geral de Aposentações tem dito que a grande maioria dos recursos, em termos de saída, têm sido por pessoas que pedem a aposentação; alguns até porque querem sair antecipadamente e atendendo a que algumas dessas pessoas são técnicos, tanto faz trabalharem em Portugal como trabalharem noutra Estado qualquer ou, então, vão para a privada porque os valores remuneratórios da Administração

Pública para quem ganha mais de 1800 euros, perdeu ao longo destes três últimos anos 1/4 de vencimento mensal, pelo menos.

Na sua opinião isto tem a ver com uma política, nada tem a ver com a proximidade, é só uma frase política que se pode dizer de múltiplas maneiras. Tem a ver com uma racionalização sem qualquer tipo de critério e o critério que estaria hoje aqui subjacente seria sempre o critério humano, de proximidade para as pessoas, dado serem serviços considerados essenciais.

A senhora vereadora frisou que as pessoas, quando estão nos gabinetes, pensam muito na área de Lisboa, só pensam em Lisboa, não pensam que fora de Lisboa, relativamente aos transportes, a situação é diferente: as pessoas têm de esperar pelo autocarro, nos diversos circuitos, para chegarem ao destino, tornando-se mais fácil ir para um hospital de Lisboa. A terminar salientou que como a aplicação da Portaria será a partir de dezembro de 2015, quiçá... até lá os diplomas veem e vão...

O senhor presidente deu conhecimento de que, no mandato anterior, a Câmara Municipal de Alcochete reuniu com o secretário de Estado da Saúde e propôs-lhe que (até tendo em conta esta racionalização e reorganização dos serviços hospitalares) quando o futuro hospital de Lisboa-Oriental ficasse construído que as populações do concelho de Alcochete, ao invés de estarem dependentes do Barreiro e de Almada, ficassem afetas e dependentes desse hospital Lisboa-Oriental, até porque os efeitos de proximidade, é mais rápido (quer em termos de quilómetros, quer em termos de tempo) chegar ao Parque das Nações do que, quer ao Barreiro, quer muito mais e por maioria de razão a Almada, quer pela circunstância deste novo hospital vir a contemplar todas e quaisquer valências. A nossa população ficaria e ficará, se isso for aceite, muito melhor servida se ficar afeta ao novo hospital de Lisboa-Oriental.

Neste caso, e concordando em absoluto quer com o que disse a senhora vereadora Susana Custódio, quer também com o que disse a senhora vereadora Teresa Moraes Sarmiento, até quando disse que o legislador legisla num determinado

momento, mas se o legislador vier a ser alterado pode legislar num sentido diferente e neste sentido, propôs à senhora vereadora que uma vez que esta questão, que é de primordial importância, foi discutida e refletida ao nível do Período de Antes da Ordem do Dia, que numa futura, próxima, reunião da Câmara Municipal, pudesse trazer uma moção para apreciação e deliberação da Câmara Municipal, no sentido de, depois, ser remetida para todos os concelhos, para todas as Câmaras Municipais e Assembleias Municipais, que vão ficar afetadas por esta medida, assim como para todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, para o senhor ministro da Saúde e para o senhor Primeiro-Ministro e, também, para o senhor presidente da República, dando-se conhecimento, também, à Assembleia Municipal de Alcochete, para que estas questões, que são importantes, não sejam tratadas apenas em circuito fechado, criando alguma escala, no que diz respeito à rejeição desta medida, para que essa rejeição possa, se não agora, num determinado momento, ter ou produzir os efeitos desejado.

A senhora vereadora Susana Custódio informou que os quatro municípios que integram o ACES (Alcochete, Montijo, Barreiro e Moita) estão já a promover reuniões de trabalho para analisar, discutir e tomar algumas posições, relativamente a esta Portaria.

O senhor presidente informou, ainda, que irá ter uma reunião com o diretor do ACES, Dr. Paulo Espiga, na próxima 4.^a feira na qual a senhora vereadora não poderá estar presente, por se encontrar de férias mas o senhor presidente não deixará de transmitir qual a opinião da Câmara Municipal de Alcochete e equacionar um pedido de reunião, ou ao Ministro ou ao secretário de Estado.

O senhor vereador Vasco Pinto disse entender que esta Portaria tem como objetivo a racionalização dos custos com os recursos humanos e técnicos mas presume-se que, até 2015, a mesma seja melhorada. No entanto, compete ao Executivo, em

defesa dos munícipes, alertar e fazer com que a Portaria possa ser melhorada em benefício das populações.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €575.479,82 (quinhentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove euros e oitenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que entre os dias 30/04/2014 e 14/05/2014, autorizou o pagamento da despesa, no montante total de €447.687,86 (quatrocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos) conforme as ordens de pagamento emitidas do número 1032 ao número 1188.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

3.1 Reunião ordinária realizada em 16 de abril de 2014

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 16 de abril de 2014, por maioria, com 6 votos a favor e 1

abstenção da senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, por não ter estado presente.

3.2 Reunião ordinária realizada em 30 de abril de 2014

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2014, por unanimidade.

3.3 Reunião extraordinária realizada em 7 de maio de 2014

O assunto foi retirado para posterior deliberação.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 “Biblioteca Municipal – Reparação de danos causados por furto/vandalismo” – Proc.º I-10/07 – Homologação do Auto de Receção Definitiva e cancelamento de garantias bancárias

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alféua foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e Rede Viária, n.º 37/14, datada de 08/05/2014, referente à empreitada em epígrafe, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- A homologação do Auto de Receção Definitiva da empreitada em epígrafe, bem como o cancelamento das garantias bancárias do Barclays Bank, PLC com os n.ºs 17373 e 14213.»

Presente a referida informação técnica cujo teor é o seguinte:

«Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, findo o prazo de garantia da empreitada de “Biblioteca Municipal – Reparação de danos causados por furto/vandalismo” – Proc.º I-10/07, adjudicada a Obrecol – Obras e Construções, S.A., procedeu-se à vistoria para efeitos de receção definitiva, tendo-se verificado que os trabalhos se encontravam executados de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos e que estão reunidas as condições para a obra ser recebida definitivamente, conforme atesta o respetivo auto.

Consequentemente deverão ser restituídas as quantias, retidas como garantia, ou qualquer outro título a que tiver direito, bem como se deverá promover a extinção da caução prestada, nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal.

Pelo que propomos à digníssima Câmara:

A homologação do auto de receção definitiva da empreitada em epígrafe, bem como o cancelamento das garantias bancárias do Barclays Bank, PLC com os n.ºs 17373 e 14213.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou homologar o auto de receção definitiva, bem como aprovar o cancelamento das garantias bancárias, por unanimidade.

4.2 Aceitação da doação e aprovação do contrato de dois equipamentos de Fernando Manuel de Almeida Moita

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«O Sr. Fernando Manuel de Almeida pretende doar à Câmara Municipal de Alcochete, 2 equipamentos:

- 1 Mala com conjunto de Atarraxas de canalizador da marca POWERFIX;

- 1 Motorroçadora da marca Handy Power FHP3030 de 33 cc com bobine de 4m de fio de corte de 3,3 mm.

Assim, somos a propor que o Órgão Colegial Executivo do Município delibere sobre a aceitação da doação e aprove o respetivo contrato.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar o referido contrato como **Doc. 1**.

4.3 Protocolo de parceria com o Conservatório Regional de Artes do Montijo

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«Como forma de ampliar a qualidade e diversidade da programação cultural apresentada no concelho de Alcochete, criar sinergias entre ambas as entidades e no reconhecimento da excelência do ensino prestado do CRAM – Conservatório Regional de Artes do Montijo, nas áreas da música, dança e teatro, a Câmara Municipal propõe a aprovação do protocolo de parceria em anexo.»

Submetido à discussão, e após o enquadramento da proposta feito pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, o senhor vereador Vasco André Marques Pinto louvou a iniciativa e questionou se o apoio financeiro mencionado na cláusula 3, ponto 1.4, estará de alguma forma dirigido a um número certo de alunos ou é depois adaptado, consoante as necessidades e os projetos que são apresentados pelo próprio conservatório, à Câmara Municipal.

Perguntou, ainda, se este tipo de protocolo não poderia ser celebrado com a banda de Alcochete e com a Banda do Samouco, uma vez que estas coletividades também têm muitos músicos no Conservatório e ambas as bandas têm dado ao nosso concelho muitos músicos que, depois, se profissionalizaram, canalizando,

assim, para estas duas coletividades o apoio logístico e também financeiro que é mencionado nestes dois pontos.

A senhora vereadora Teresa Mores Sarmiento louvou a iniciativa da Câmara Municipal, relativamente à assinatura deste protocolo. Disse, ainda, que Alcochete é um concelho com uma riqueza fantástica em termos culturais, a dança, os cantares mas, sobretudo, a música que está sempre nas ruas. Perder alguns talentos que podemos ter e desenvolver não só no concelho mas mais à frente nas suas vidas futuras, em termos de país, em termos internacionais, é bastante nefasto sobretudo quando há crianças tão sobrecarregadas a ir ao conservatório, é demasiado moroso porque têm de se levantar muito cedo, e apesar de ser com muito gosto é também com algum sacrifício que fazem tantos quilómetros quando têm uma escola perto.

A senhora vereadora sugeriu (dizendo não conhecer a tramitação, nem o facto de a Câmara não ser titular do Conservatório) se, juntamente com o Conservatório, não poderia ter uma iniciativa junto dos órgãos do Governo, em termos de cultura, uma vez que a senhora vereadora Raquel Prazeres referiu que houve um diploma que depois cortou estes subsídios, ou seja, diferenciou os conservatórios a partir da sua constituição, o que é uma diferenciação de tratamento que, na sua opinião, não se justifica minimamente, não sabendo até que ponto não se poderia aproveitar e dar mais à frente, num contexto mais calmo, fazer as referências que se entender porque somos interessados em que não haja esta diferença de tratamento, propondo assim uma ação mais abrangente em termos políticos, mas com o timbre do Executivo da Câmara Municipal de Alcochete.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres referiu que uma das razões da parte do conservatório (e quando fala de apoio institucional tem a ver com a força que o Conservatório tem) institucionalmente, representando dois municípios, é diferente. Eles estão nesta luta, ponderando até interpor uma ação judicial.

A Câmara pode sempre colaborar, foi uma das razões que o Conservatório mais evocou porque é um apoio institucional porque, na realidade, eles funcionam como uma escola, daí a ligação ser importante.

O senhor presidente disse que se alguma das senhoras vereadoras quiser apresentar uma proposta de moção para clarificar o posicionamento do município de Alcochete relativamente a esta questão, ou em conjunto, seria, na sua opinião, uma boa iniciativa. Se a senhora vereadora Teresa Moraes Sarmento que avançou quiser tomar essa iniciativa, contará com toda a disponibilidade por parte do restante Executivo, alertando para duas questões que são de fundamental realce: a necessidade de não se ampliar o universo das entidades que recebem apoio financeiro da Câmara Municipal de Alcochete e, dessa forma, ser fundamental a substituição de qualquer apoio financeiro por apoio logístico.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor do PS e da CDU, bem como anexar o referido protocolo como **Doc. 2**.

O senhor vereador Vasco Pinto fez a seguinte Declaração de Voto em nome do CDS-PP:

«No que respeita ao protocolo a celebrar entre o Município de Alcochete e o Conservatório Regional de Artes do Montijo, entendo que:

- As atividades promovidas por esta entidade são de extrema importância para a formação de crianças e jovens;
- Essas atividades possam inclusivamente ser incentivadas e apoiadas pelo Município, mas num quadro diferente do atual;
- Antes de lançar mão a quaisquer instrumentos de colaboração com uma entidade não concelhia, e que já é apoiada financeiramente pela autarquia do Montijo, o Município deve canalizar esforços para o próprio concelho e para as suas coletividades, nomeadamente a Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de

1898 e a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense, que prosseguem idênticas finalidades.

Por este motivo, abstenho-me.»

4.4 Alienação de sucata – Propostas

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«No seguimento da deliberação da Câmara Municipal, de 2 de abril de 2014 e após afixação do respetivo edital n.º 19/2014, foram apresentadas neste serviço, dentro do prazo limite, duas propostas para a aquisição de material considerado como sucata.

Propostas apresentadas:

Metals Margemsul, Lda.

- A proposta apresenta os valores mínimos estipulados por cada lote.

Valério Paulos – Gestão de Resíduos, Lda.

- Os valores apresentados nesta proposta são inferiores aos montantes mínimos estipulados no edital.

Face ao exposto, propõe-se a alienação à empresa *Metals Margemsul, Lda.*, uma vez que foi a única empresa a reunir os requisitos estipulados.

A operação de remoção e pesagem, acompanhada por um funcionário municipal a designar é da responsabilidade do comprador.

O pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte à conclusão da operação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

5. Apoios Financeiros

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

1 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete

«Dando continuidade aos pressupostos estratégicos da Câmara Municipal de Alcochete, com a finalidade de prosseguir de forma coerente e sustentada a política de desenvolvimento social entre as várias instituições do concelho, pretende-se apoiar ou participar, pelos meios adequados, a cooperação a atividades de interesse municipal, de forma a proporcionar uma melhoria das condições de vida e bem-estar da população de Alcochete.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete é uma instituição vocacionada para a assistência e socorro, com fins filantrópicos de utilidade pública.

De entre todas as instituições do Município, esta é uma das mais importantes, pelo serviço que presta à comunidade, pelo número de trabalhadores e voluntários que possui e pelo seu património memorial valioso, digno e proeminente.

Assim, propõe-se:

De acordo com o Protocolo de Colaboração entre as duas entidades, a atribuição de apoio financeiro no valor de €35.000.00 (trinta e cinco mil euros), sendo que o referido valor deverá ser pago em duas tranches, para participar a atividade regular da instituição, referente ao pagamento de encargos correntes, aquisição de equipamentos e apoio à missão de Protecção Civil, com o propósito de responder às necessidades da população local, à dinamização da instituição, tendo como principal objetivo o desenvolvimento social do Município de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi apresentada a seguinte proposta:

1 – Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril

«De acordo com a informação técnica da Divisão de Desporto, Juventude e Movimento Associativo n.º 13, datada de 29/04/2014, referente ao supra mencionado assunto, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

–Atribuição de um apoio financeiro, no valor de €225,00 (duzentos e vinte cinco euros).»

Presente a referida informação técnica cujo teor é o seguinte:

«A Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril tem vindo a colaborar, ao longo dos anos, na programação das comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio, do concelho, nomeadamente, em atividades destinadas ao público em geral.

No âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e 1.º de Maio de 2014 organizou um programa comemorativo próprio, que se desenvolveu entre os dias 24 e 27 de abril, trazendo um cunho tipicamente alcochetano e popular às festividades, procurando contagiar e envolver os habitantes do Bairro 25 de Abril e restante vizinhança. Através de um diversificado conjunto de atividades, atravessou diferentes gerações, reforçando os laços de solidariedade e sã convivência entre vizinhos.

Apresentou candidatura que se enquadra prevista no artigo 4.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, dado tratar-se de uma atividade cultural relevante, com manifesto interesse para a comunidade.

Neste sentido, proponho à senhora vereadora a atribuição de um apoio financeiro no valor de €225,00 (duzentos e vinte e cinco euros) para apoio aos encargos com as atividades inseridas no programa comemorativo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

6. Informações

Pelo senhor presidente foi prestada a seguinte informação:

– Minuta da Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de abril 2014

O senhor presidente da Câmara deu conhecimento do teor das deliberações tomadas na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29 de abril de 2014, através da minuta da ata.

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi prestada a seguinte informação:

– Torneio de Futsal/2014

«Integrado nas comemorações do 25 de abril e 1.º de maio, a Divisão de Desporto, Juventude e Movimento Associativo realizou, de 9 de abril a 4 de maio de 2014, o Torneio de Futsal / 2014, nos escalões de petizes e traquinas.

Este torneio teve a participação de 6 equipas em representação de 3 clubes.

Clubes Participantes:

Associação Desportiva Samouquense;

Grupo Desportivo da Barroca d'Alva;

Grupo Desportivo Alcochetense

Nos escalões de traquinas e de petizes participaram 3 equipas, em cada.

Apesar de não haver classificações oficiais, a Barroca d'Alva venceu no escalão de Traquinas e o Grupo Desportivo Alcochetense no escalão de Petizes.

No final do Torneio a Câmara Municipal ofereceu uma medalha a cada atleta assim como aos elementos das equipas técnicas.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foram prestadas as seguintes informações:

1 – Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 – Felicitação e Agradecimento

«A Banda da Sociedade Imparcial 15 de janeiro de 1898 alcançou mais um notável feito para o seu já vasto palmarés.

No passado dia 4 de maio, conquistou o 1.º lugar no Prémio Tauromaquia e o 2.º lugar na 1.ª Categoria Sinfónica do 5.º Concurso de Bandas – Ateneu Artístico Vilafranquense, realizado em Vila Franca de Xira.

Com uma prestação notável em todos os critérios de avaliação do júri tanto na peça musical obrigatória como na peça musical de livre escolha e no *pasodoble*

apresentados, a Banda da Sociedade Imparcial 15 de janeiro de 1898 deixou novamente bem clara, toda a sua qualidade, mestria, trabalho e dedicação à música.

Depois de já terem conquistado muitos outros prémios, a nível nacional e internacional, estes recentemente conquistados vêm engrandecer ainda mais um percurso verdadeiramente notável que enche de orgulho Alcochete e os alcochetanos.

Por mais este grandioso desempenho, a Câmara Municipal de Alcochete felicita todos os músicos, maestro e direção da Sociedade Imparcial 15 de janeiro de 1898, agradecendo-lhes todo o empenho e dedicação que têm dado ao concelho de Alcochete e a esta coletividade centenária.»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Parceria entre o Município de Alcochete e a Fundação do Gil

«No final do ano 2011 a diretora da Fundação do Gil, Margarida Pinto Correia e a coordenadora nacional do “Dia do Gil”, Maria Gabriel Sousa, solicitaram ao Município de Alcochete parceria no voluntariado de ações de animação nos hospitais, através da Biblioteca de Alcochete.

A parceria estabelecida entre a Fundação do Gil e o Município de Alcochete iniciou-se, assim, em janeiro de 2012, na valência “hora do conto” e dirigiu-se ao apoio dos núcleos hospitalares N.^a Senhora do Rosário (Barreiro) e Garcia de Orta (Almada).

Por indicação da coordenadora da Biblioteca de Alcochete, Dra. Helena Machado, coube à técnica Paula Margato, enquanto coordenadora do serviço educativo, e à técnica Sónia Amândio, a dinamização das ações.

Ao longo de dois anos é possível fazer um balanço da nossa participação neste projeto de voluntariado que tem sido deveras gratificante.

Realizámos já 44 ações de “hora do conto”. Levamos connosco livros de autores portugueses e estrangeiros, contos tradicionais do mundo que contamos de olhos presos nos que nos recebem e todo um conjunto de recursos devedores da sabedoria popular: provérbios, trava-línguas, adivinhas, rimas, lengalengas.

Utilizamos estratégias diversificadas, desde a narração oral à leitura expressiva, com visionamento das imagens em *powerpoint*, leituras encenadas e leitura interativa com a participação das crianças.

Conhecemos as equipas das “Salas de Brincar”, integramo-nos nelas e encontramos nas educadoras e auxiliares, parceiras que congregam esforços para tornar um espaço de alegria as sessões que dinamizamos.

Muitas vezes as ações, quando as crianças não podem deslocar-se às salas de brincar, acontecem nos próprios quartos. Isto significa que, muitas vezes, uma hora do conto desdobra-se em duas e três.

Encontramos crianças que, normalmente, gostam de ouvir contar mas, mais que tudo, gostam da surpresa, do contacto, da alegria que construímos juntos.

Já contamos histórias a recém-nascidos, desde os 21 dias, a jovens com 17 anos e por nós já passaram tantas meninas e meninos, mães e pais, irmãos, avós, amigos.

O nosso compromisso é feito de entusiasmo, querer, cumplicidade. Trazemos para a nossa Biblioteca, para partilhar com os que cá ficam sorrisos, festas, olhos brilhantes. Desejamos poder continuar a realizar este trabalho tão meritório procurando no período de tempo que decorre a atividade criar um espaço de evasão à realidade que seja, ao mesmo tempo, zona de conforto, alegria e afetos.

Em fevereiro deste ano surgiu a possibilidade da Fundação do Gil editar um livro, pela chancela *Verso de Kapa*, que se assumisse como repositório de testemunhos dos voluntários para memória futura. Assim, também a Biblioteca de Alcochete contribuiu com um texto intitulado “Daniel com olhos cor de chocolate”, que se

anexa à presente informação (**Doc. 3**). Foi oferecido um exemplar à Biblioteca que está disponível para consulta.

Congratulam-se todos os trabalhadores envolvidos neste projeto que, ao longo de dois anos de uma parceria profícua, demonstraram e demonstram a importância que o serviço público tem na vida de todos os cidadãos.»

A Câmara tomou conhecimento.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:15 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.